

SER OU NÃO SER MAQUIAVÉLICO?

Henrique Raposo

A partida, diríamos que estamos perante três obras pertencentes ao conservadorismo anglo-saxónico. Na verdade, apenas duas (*The West and the Rest* e *The Future of Freedom*) podem ser integradas nessa tradição. *An End to Evil* inscreve-se no neoconservadorismo. Esta corrente americana tem sido atacada em tons trocistas. Existe a intenção de reduzi-la ao ridículo. Se a exegese de textos se limitasse à acção de ridicularizar, então, o think tank neoconservador *American Enterprise Institute* (base intelectual de Perle e Frum), seria tão caricato como o *Le Monde Diplomatique*. Façamos, então, uma crítica cuidada. Não basta afirmar, em bases caricaturais, a existência de erros. É preciso demonstrá-los com argumentação coerente. A base da nossa demonstração crítica é muito simples: os neoconservadores não são conservadores. São, isso sim, ideólogos do chamado excepcionalismo americano. Se alguém pretende instruir-se no pensamento conservador anglo-saxónico pós-11 de Setembro, deve procurar respostas nas obras de Zakaria e Scruton.

FRUM E PERLE: ANTIMAQUIAVÉLICOS

A relevância de *An End to Evil* não está na análise que apresenta do mundo, mas sim

na polémica que cria a cada linha. É mais uma acha para a fogueira de vaidades da cultura sound-byte. Aliás, a preferência pela frase fácil em detrimento da erudição é uma das características gerais do neoconservadorismo. Se Scruton recapitula Hobbes, se Zakaria reescreve Madison, Frum e Perle não convocam qualquer referência. O despreendimento em relação à tradição intelectual é o primeiro indício do carácter não-conservador deste neoconservadorismo. De seguida, tentaremos reforçar esta asserção, apontando algumas impertinências não-conservadoras de Frum e Perle.

Liberdade em abstracto. Tal como os filhos da Revolução Francesa, Perle e Frum pro-

DAVID FRUM E
RICHARD PERLE
An End To Evil
—How to Win
the War on
Terror

Nova York,
Random House,
2003, 284 páginas

ROGER SCRUTON
**The West and
the Rest—
Globalization
and the
Terrorist
Threat**

Wilmington,
ISI Books,
2002, 187 páginas

FAREED ZAKARIA
**The Future
of Freedom**
— Illiberal
Democracy
at Home
and Abroad

Nova York,
Norton,
2004, 293 páginas
[ed. portuguesa
Gradiva]

clamam a liberdade em termos teóricos. Dão largas a uma espécie de somatório moral: a única preocupação parece ser a destruição do número máximo de ditaduras em prol da liberdade. Ora, o «conservadorismo não diz respeito à liberdade mas sim à autoridade»¹. Um conservador não é um advogado do conceito abstracto de liberdade. Defende, isso sim, os constrangimentos constitucionais que são a base de qualquer vida civilizada. A liberdade não é uma causa, mas sim um efeito.

Fundamentalismo democrático. Nunca estabelecem diferenças entre Democracia, Liberalismo e Liberdade. Em resultado desta desordem conceptual, a democracia, entendida de forma abstracta (diríamos fundamentalista), transforma-se na motivação ideológica para a expansão do poder americano. O mundo é encarado como um local que precisa de uma terapia democratizadora. Ora, é certo que existem muitas batalhas pela frente. Mas estas não podem ser travadas com um sorriso voluntarista nos lábios. A guerra deve ser entendida como um *mal menor*. A luta contra o terrorismo deve ser conduzida com uma atitude cautelosa (ética de responsabilidade) e, portanto, não deve ser encarada como uma via aberta para a expansão democrática (ética de convicção). Para Perle e Frum, a democracia serve de mote a uma *revolução permanente*... Nesta ânsia expansionista, desprezam a especificidade local dos países que são palco das intervenções, esquecendo uma velha máxima: a estabilidade de conquistas «não nasce do muito ou do pouco valor do vencedor, mas sim da qualidade do vencido»².

Moralismo. Na tirada mais paroquial do livro, afirma-se o seguinte: «a nossa lide-

rança mundial não assenta apenas no nosso poder e riqueza, mas também na nossa superioridade moral» (p. 268). Aliás, para Perle e Frum, América é sinónimo de Verdade. Quinhentos anos depois de Maquiavel, regressamos ao púlpito cristão. Em política os argumentos devem ser políticos. Somente. O neoconservadorismo consiste num retorno à era pré-Maquiavel, à época em que não existia uma escala de grandezas intermédias entre um valor absoluto e a sua negação. Perle e Frum escrevem como se não existissem consequências político-históricas de actos de natureza moral e, consequentemente, fogem de um princípio basilar do conservadorismo: conceber a possibilidade do erro; ter a humildade para admitir que as consequências de qualquer acto são imprevisíveis.

Inimigo abstracto. Não querem deixar de sentir a raiva do dia 11 de Setembro de 2001. Têm esse direito. Problema? Sentimentalismos são assuntos para o foro privado e não para o debate político³. Em Política não existem vinganças morais motivadas por emoções, mas apenas acções de prevenção ou retaliação baseadas em cálculos políticos racionais. Perle e Frum, ao serem permeáveis à contaminação sentimentalista, elaboram, involuntariamente, uma abstracção do Inimigo. Repare-se no título do livro: *An End to Evil*. Os terroristas são elevados à condição de seres não-humanos, entidades abstractas que concentram todo o mal. Se o inimigo é a personificação do mal, então, é um inimigo etéreo, sem cotação real. Ao retirarem a carga humana a Bin Laden, Perle e Frum estão a caminhar para a incompreensão

(não confundir com desculpabilização) do inimigo e para uma quebra no discernimento. As guerras vencem-se com frieza e não com névoas emocionais.

Este conjunto de impaciências não-conservadoras tem, em nosso entender, uma raiz profunda na História das Ideias Políticas: Irving Kristol, o fundador do neoconservadorismo, recusa as lições de Maquiavel. Kristol encara Maquiavel de forma penosamente superficial. Considera-o como um *political pornographer*⁴, um mero sádico niilista e amoral. Agora perguntamos: podemos classificar de conservador alguém que não compreende Maquiavel? Onde Kristol vê amoralidade, um verdadeiro conservador vê necessidade. Burke resolveu, há muito, este potencial paradoxo: um chefe de Estado deve estar preparado para presidir a um «acto de necessidade, no sentido moral em que a necessidade pode ser encarada»⁵. Ao não entender a lição de Maquiavel e do conservadorismo britânico⁶, o neoconservadorismo não capta a especificidade do Ocidente, quando em comparação com o Islão: separação entre moralismo religioso e ética política⁷. A explicação para este facto poderá residir na concepção do *ser humano*. Isto é, os neoconservadores não partilham do pessimismo antropológico que marca o pensamento conservador⁸. Os neoconservadores, ou melhor, os ideólogos radicais do excepcionalismo americano esquecem a grande tradição americana: «Se os homens fossem anjos nenhuma espécie de governo seria necessária»⁹. Enfim, perante a enxurrada de ingenuidades optimistas, logo perigosas, da América liderada por estes radicais do excepcionalismo ameri-

cano, apetece parafrasear o norte-americano Mark Lilla, que, a propósito de outro assunto, afirmou o seguinte: «não é por acaso que os franceses ainda nos chamam de *les grands enfants*»¹⁰.

O MAQUIAVELISMO DE ROGER SCRUTON¹¹

A frieza de Scruton funciona como antídoto perfeito para o expansionismo democrático de Perle e Frum. Para o filósofo britânico, o 11 de Setembro transportou para a actualidade uma velha disparidade histórica: as sociedades ocidentais são governadas pelo pluralismo da Política, enquanto que o Islão continua a ser controlado pela unicidade do Poder. Ao longo da sua história, o Islão aboliu a Política, isto é, o governo de uma comunidade através de leis feitas pelo Homem, sem submissão a imperativos divinos. O Ocidente é composto por cidadãos; o Islão é formado por súbditos. Oferecendo uma lição de História, *The West and the Rest* acaba por ser um aviso: algumas guerras democratizadoras não eliminarão este abismo civilizacional.

Scruton, no fundo, reforça a condição maquiavélica do Ocidente ao convocar o grande herdeiro de *O Príncipe* – Thomas Hobbes. Em *Leviatã*, Hobbes desenvolveu a noção de *estado natural*. Nesta plataforma primordial de medo e caos, todos os homens são livres¹². Nascia, assim, a noção de *contrato social*, no qual a obediência era o produto da liberdade humana e não da submissão ao divino. Esta independência do Homem Europeu viria a desembocar no seguinte: a unidade da Cristandade deu lugar ao pluralismo do Ocidente, constituído por diversos

Estados-Nação, que, por sua vez, são compostos por diversas instituições. A meta de Maquiavel e de Hobbes consistia na defesa do bem comum de uma comunidade terrena e não na busca de um bem individual no Além – a salvação da alma.

O abismo que separa o Ocidente do Islão reside, então, no seguinte pormenor: a noção de *estado natural* está situada a montante, isto é, os indivíduos ao sentirem temor perante o vazio de poder, optam pelo abrigo do Estado protector. Esta escolha corresponde a uma necessidade de sobrevivência (montante). Ao não conceber a brutalidade terrena do *estado natural*, os muçulmanos apenas encaram aquilo que se situa a jusante: regressar a Deus. Enquanto a lei ocidental (também influenciada pela herança romana) se destina à resolução de conflitos terrenos, a lei islâmica, ao invés, é explicitamente sagrada; é um sistema de regras e hábitos destinados a traçar a rota para a salvação eterna. Assim, fica marcada a diferença entre um Ocidente maquiavélico e hobbesiano e um Islão estritamente sagrado: o primeiro preocupa-se com um denominador mínimo comum a montante, o segundo vive para um imperativo absoluto, a-histórico e apolítico a jusante¹³.

A chave da questão acaba por ser muito simples: a «Europa civilizou-se quando se resignou a que nenhum acordo pudesse ser encontrado sobre a definição de Bem»¹⁴. Ou seja, pela mão de Maquiavel e Hobbes, os europeus iniciaram um processo de domesticação do Mal, ou, se quisermos, das imperfeições humanas, escrevendo como se Deus não existisse. Numa sociedade de hegemonia religiosa, o princípio

orientador é o Bem; cria-se uma teoria do bem ou da justiça, infinitamente expansiva (o Bem não tem fronteiras). Ora, Maquiavel e Hobbes desenvolveram uma teoria da injustiça ao ordenarem a sociedade europeia em redor do Mal, do Terror: «a base da justiça é a injustiça [...] a raiz da liberdade é a tirania»¹⁵. Deste modo, a lei ocidental tem como característica a preocupação com os limites do governante e com os constrangimentos à liberdade do cidadão. Parte de um pressuposto humilde: manter a ordem e segurança. No seu tempo, Maquiavel «sentiu a necessidade de elaborar uma nova ordem que prevenisse o caos»¹⁶. Hoje, perante o caos do mundo muçulmano, sobretudo o árabe, não se ouvem vozes a pôr em causa a velha ordem.

O Iluminismo (escocês e francês) prosseguiu a tarefa iniciada pelo duo Maquiavel-Hobbes: a criação de formas de soberania nacional, centradas em jurisdições territoriais. Por esta razão, a lei ocidental aplica-se ao território e não à privacidade religiosa e moral do indivíduo. Ou seja, criou-se um espaço legal asséptico em relação à religião. Ao invés, a lei da *Umma* islâmica dirige-se ao íntimo do indivíduo, onde quer que ele esteja. É uma concepção exclusiva: destina-se apenas a crentes. No espaço jurídico ocidental, a conciliação, o compromisso são possíveis; na ficção irrealizável da *Umma* não existem mecanismos de diálogo claros e, portanto, o desejo de vingança não evoluiu para a concepção institucional de justiça. Devido a este divórcio do mundo terreno, é talvez impossível para os muçulmanos entenderem o respeito paternal que, por exemplo,

os ingleses sentiam em relação à sua pátria: a «Inglaterra era, acima de tudo, um lugar»¹⁷ e não uma ideia abstracta de nacionalismo, raça ou religião. A *Odisseia* será, porventura, um objecto incompreensível para um muçulmano. A ideia do regresso a casa não faz sentido para quem quer apenas voltar para o Além.

E, com tudo isto, entramos no cerne da questão: o Islão não conheceu a separação de poderes entre Igreja (*sacerdotium*) e Estado (*regnum*), pois consagrou a soberania total de Deus. O Islão, desde o início, foi um projecto político em si mesmo: Maomé «foi, se assim se pode dizer, o seu próprio Constantino»¹⁸. A fé islâmica nunca foi reduzida ao privado, pois o poder político nunca se separou do poder religioso. Tudo é político porque, precisamente, nada é político e, logo, tudo depende da vontade conjuntural do Poder. Em suma, o Islão carece, digamos assim, de previsibilidade política, a base do sucesso de uma civilização estável.

É verdade que não podemos cair na tese de um choque civilizacional apocalíptico, à maneira de Spengler, no qual as civilizações são encaradas como crisálidas em casulos de pedra. Porém, também é verdade que não podemos manter uma atitude a-histórica, isto é, não podemos esquecer, em prol de intenções cosmopolitas estéreis, que Ocidente e Islão possuem pressupostos políticos diferentes, elaborados ao longo de dois percursos históricos distintos. A História não se apaga com optimismos. E a principal diferença, insistimos, está na aceitação de Maquiavel e Hobbes por parte do mundo europeu e, paralelamente, na ausência de

uma revolução de estilo maquiavélico no espaço islâmico. A Cristandade deu lugar ao Ocidente. O Islão deu lugar... ao Islão. Isaiah Berlin insistia num ponto que pode ser essencial para a compreensão do momento em que vivemos: «nem todos os valores supremos perseguidos pela humanidade no passado e no presente são necessariamente compatíveis entre si»¹⁹. A colisão de valores é uma possibilidade. E Scruton põe o dedo nesta ferida: não será fácil harmonizar estas duas histórias, a do Ocidente e a do Islão.

ZAKARIA: A SOLUÇÃO CONSTITUCIONAL

Se Scruton é o antídoto destruidor do optimismo ingénuo de Perle e Frum, Zakaria acaba por ser o antídoto renovador do pessimismo informado de Scruton. Em relação ao futuro, *The Future of Freedom* é mais construtivo; lança alguma luz sobre o cepticismo de *The West and the Rest*. De facto, Scruton não esconde o pessimismo perante o hipotético desenvolvimento de uma cultura liberal no Islão (p. 108). É, no mínimo, inteligente manter esta precaução. Mas, após o 11 de Setembro, é urgente questionarmo-nos: podemos continuar a enveredar por este cepticismo que tende a olhar apenas para o interior do Ocidente ou estamos obrigados a encontrar um equilíbrio, por mais instável que seja, entre esferas civilizacionais? Não há dúvida: o século XXI precisa de algo que minimize no espaço político-histórico (montante) as diferenças insuperáveis de nível teórico-ético-religioso (jusante). Caso contrário, o século XXI será *iliberalmente* religioso. Não estamos a defender uma utopia de consenso ao estilo de

Habermas. Existe apenas a intenção de criar uma estabilidade mínima. Até porque há limites para a diferença humana. O próprio Berlin deu o mote para a busca deste chão comum: «Os fins, os princípios morais, são múltiplos. Mas não são infinitos: situam-se dentro de um horizonte humano.»²⁰ *The Future of Freedom* tem essa preocupação em mente: como encontrar um denominador mínimo comum? Sem nunca perder de vista as dificuldades históricas salientadas por Scruton, Zakaria responde à questão através da apologia do liberalismo constitucional (não confundir com democracia) como solução para o mundo não-ocidental, sobretudo para o Médio Oriente (p. 151). O director da *Newsweek* Internacional (e antigo editor da *Foreign Affairs*) defende que os valores liberais podem triunfar noutras esferas civilizacionais e, paralelamente, a segurança dos EUA depende da estabilização dos países do Médio Oriente – o liberalismo pode oferecer essa estabilidade perdida. No âmbito de *The Future of Freedom* encontramos o seguinte: Zakaria transporta para um nível planetário as preocupações locais de dois liberais clássicos americanos, Madison e Hamilton, as almas criadoras do *The Federalist Papers*²¹, a obra que contribuiu para fundação da república liberal americana.

Além de defender a expansão dos trâmites liberais no exterior do Ocidente, Zakaria ataca a demagogia que grassa entre ocidentais, que, numa espiral acrítica, tendem a confundir *Democracia* com *Liberalismo*. Portanto, no pós-11 de Setembro, Zakaria tem uma reacção tipicamente conservadora: elabora uma defesa daquilo que deve ser

protegido – o mundo liberal. Perante um nome inimigo, exalta aquilo que permitiu vencer Hitler e a URSS – o mundo liberal. O futuro da liberdade, então, depende do cumprimento deste duplo aconselhamento político: (1) externo: criar condições para o florescimento do liberalismo político no mundo não-ocidental; (2) interno: os meios intelectuais e políticos do Ocidente devem recuperar a tradição liberal e contestar a presente onda de democracia directa. Afinal, «o “modelo ocidental” é melhor simbolizado não pelo plebiscito de massas mas pelo juiz imparcial»²².

As prescrições de Zakaria assentam na observação de um fenómeno preocupante: as democracias iliberais – regimes eleitos democraticamente que tendem a ignorar as garantias do constitucionalismo (império da lei, a separação e limitação de poderes e as liberdades individuais), apenas revelam *vertical accountability* (votos da população que legitima o poder), mas não constroem a essencial *horizontal accountability*, ou seja, os clássicos *checks and balances* entre os diversos poderes do governo liberal²³. Zakaria toma a dianteira num processo que urge acentuar: distinguir *Liberalismo* de *Democracia*. Democracia é um processo para a selecção de governantes. Liberalismo é a essência da governação; traça os objectivos e os limites da acção política. Se a democracia tem a ver com pessoas, logo com conjunturas, o liberalismo constrói instituições e leis, as estruturas duradoiras da história de um país. Noutra dimensão, *The Future of Freedom* pode ser interpretado como um correctivo do fundamentalismo democrático do

excepcionalismo americano. Zakaria exige uma dose de humildade à política externa americana. Invasões e o estabelecimento de mediáticas eleições não são tarefas difíceis para o poderio americano. Ao invés, construir as bases para um constitucionalismo liberal, no qual a realização de eleições é somente um passo entre muitos, é uma tarefa que requer paciência, humildade e conhecimento histórico do país em causa. Aliás, Zakaria é implacável com a visão idealista e ahistórica da *brigada Wolfowitz*: «Os EUA entraram no Iraque vencidos que bastaria libertar o país para resolverem o problema da legitimidade – uma visão triunfalista e estranhamente ahistórica» (p. 263). O repto é claro: os EUA devem pôr termo à cruzada democratizadora e, principalmente, deviam iniciar uma política externa baseada no desenvolvimento de preceitos constitucionais nos quatro cantos do mundo. Portanto, os EUA deveriam ter a coragem para assumir que o Iraque é uma espécie de 51.º estado da União (p. 258). A defesa desta responsabilidade imperial²⁴ entra em choque com a arrogância unilateral de Perle e Frum. Estes encaram os EUA como simples libertadores, isto é, o exército americano deve oferecer a liberdade aos povos oprimidos e, depois, com o ego idealista satisfeito, deve retirar-se. Perle e Frum evitam qualquer ressonância imperial e, assim, acabam por ser fiéis representantes daquilo que tanto atacam: o politicamente correcto. Ao negarem a responsabilidade imperial, não só é recusam o óbvio, como cometem um gravoso erro político: a retirada precoce dos EUA é a predisposição ideal para a criação de democracias ilibe-

rais no Afeganistão e Iraque. Sem rodeios, temos de nos confrontar com a seguinte questão: queremos ou não um mundo liberal, respeitador do império da lei? Se a resposta for sim, então, teremos de impor constituições liberais. Caso contrário, não vale a pena iniciar campanhas como aquelas que decorrem no Iraque e no Afeganistão.

Para finalizar, *The Future of Freedom* ainda poderia ser descrito da seguinte forma: Zakaria tenta unir a tradição conservadora anglo-saxónica com o legado kantiano. Recorde-se que Kant segue os passos de Madison na diferenciação entre a República, o modelo ideal, e a caótica Democracia²⁵. A base da Paz Perpétua é a partilha de bases constitucionais por parte de um conjunto de Repúblicas, isto é, de regimes constitucionais liberais. Kant imaginava um crescente diálogo liberal entre nações com este vocabulário político²⁶. Zakaria repete a mesma mensagem: a estabilidade mundial depende da standardização das práticas políticas. E só existe uma prática política com possibilidades de alcançar essa harmonia: o liberalismo constitucional, o rebento involuntário, mas certo de Maquiavel e Hobbes. E convém salientar que o liberalismo herdou o essencial de *O Príncipe* e de *Leviatã*: não é um conceito ou uma definição abstracta; não pretende conduzir o Homem para um futuro abstracto a jusante. Ora, esta noção é uma vantagem extra quando o problema é a adaptação a culturas não ocidentais. Ao não ser concebido como uma doutrina, o liberalismo não indica uma meta única para todos os espaços civilizacionais que o adoptam²⁷. No pensamento liberal,

o futuro é uma concepção aberta; não existe a definição de Bem. A única preocupação é o estabelecimento de limites negativos. Não é por acaso que John Gray sugere que o liberalismo é um assunto de flexibilidade histórica e não de rigidez teórica²⁸. A compartilha gradual dos preceitos liberais por um número crescente de países poderia garantir uma convivência minimamente estável entre o Ocidente e outros espaços civilizacionais. O liberalismo

pode ser a chave para encontrarmos, a montante, um chão comum, baseado numa teoria de injustiça e não em utopias luminosas que alguns sectores do Ocidente teimam em edificar a jusante. A Paz Perpétua é um sonho. Pede-se apenas um denominador mínimo comum. Mas, se algum dia, o sonho de Kant tomar forma, terá a sua raiz no liberalismo e não na democracia: «a paz democrática é, na verdade, a paz liberal»²⁹. RI

- 1 Roger Scruton, *The Meaning of Conservatism*, South Bend, St. Augustine's Press, 2002 [1980], p. vii.
- 2 Maquiavel, *O Príncipe* [trad. C. Soveral], Lisboa, Guimarães Editores, 1999 [1513], p. 28.
- 3 Atenção: esta crítica à emotividade de Perle e Frum não assenta no relativismo ético dominante nas universidades ocidentais, mas sim numa noção depurada de política.
- 4 Irving Kristol, «Machiavelli and the Profanation of Politics», in *Neoconservatism, an Autobiography of an Idea*, Chicago, Elephant Paperback, 1999 [1995], p. 155.
- 5 Burke, *Reflections on the Revolution in France*, New Haven, Yale University Press, 2003 [1790], p. 16.
- 6 Recorde-se que o excepcionalismo americano não se sente confortável com o conservadorismo britânico de Michael Oakeshott. Ver Irving Kristol, «America's Exceptional Conservatism», in *Neoconservatism, The Autobiography of an Idea*, op. cit., p. 373.
- 7 Em nosso entender, existem três visões pertinentes sobre Maquiavel. II) Autonomia da Política face à Religião e Moral (Benedetto Croce). III) A especificidade de *O Príncipe* não está na diferenciação entre uma visão moral da Política e uma Política amoral. O contraste diz respeito a duas moralidades distintas: perante a moralidade cristã, Maquiavel ergue a moralidade do mundo pagão, uma ética de Estado (Quentin Skinner e Isaiah Berlin). IIII) A ética cristã é sinónimo de suicídio político. Maquiavel criou um novo continente moral (o Colombo da Política). Não existe apenas a recuperação da moral pagã. A implementação de valores romanos na cristandade do século XVI não é uma mera recuperação mas sim uma revolução (Leo Strauss). Apesar das diferenças, existe um ponto em comum: Maquiavel libertou a Política do ideal religioso; criou uma esfera terrena de responsabilidade humana. Ver Benedetto Croce, *Scritti e Discorsi Politici (1943-1947)*, vol. II, Bari, Laterza & Figli, 1973 [1963], p. 425; Quentin Skinner, *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996 [1978], pp. 155-159; Isaiah Berlin, «A Originalidade de Maquiavel», in *A Apoteose da Vontade Romântica*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999, pp. 43-99; Leo Strauss, «What is Political Philosophy?», in *What is Political Philosophy and Other Studies*, Chicago, The University of Chicago Press, 1988 [1959], pp. 40-47; Leo Strauss, «Niccolò Machiavelli», in Leo Strauss and Joseph Cropsey (eds.), *History of Political Philosophy*, Chicago, The University of Chicago Press, 1987, pp. 296-317.
- 8 As críticas vorazes que dirigem a qualquer voz dissonante, interna (C. Powell) ou externa (aliados), indicia que o neoconservadorismo de Perle e Frum está mais próximo da pulsão unitária de Rousseau do que dos preceitos plurais dos liberais clássicos.
- 9 James Madison, «O Federalista n.º 51», in *O Federalista* [tradução e introdução de V. Soromenho-Marques e João Duarte], Lisboa, Edições Colibri, 2003 [1788], p. 326.
- 10 Mark Lilla, *The Reckless Mind*, New York, The New York Review of Books, 2001, p. 190.
- 11 Antes de entrarmos na argumentação de Scruton, convém salientar o seguinte: o Ocidente deve evitar a paralisia da suposta culpa colonial, elaborada por um paradigma já superiormente criticado por Pascal Bruckner, o remorso do homem branco. A agenda multiculturalista, de forma sistemática, conduz o Ocidente a uma situação de inércia perante os problemas de fenómenos não-ocidentais.
- 12 Hobbes, *Leviatã* [trad. João Monteiro e Maria Nizza da Silva] Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002 [1651], p. 175.
- 13 Este noção apolítica do Islão é corroborada por um conjunto de intelectuais de origem muçulmana, preocupados com uma coisa: garantir lealdade ao Estado e não à Religião. Ver, por exemplo, Itikhhar M. Malik, *Islam, Nationalism and the West*, New York, St. Martin Press, 1999, pp. 259-260. Ver resumo da intelectualidade secularizadora de origem muçulmana em Salwa Ismail, «Islamic Political Thought», in Terence Ball & Richard Bellamy (eds.), *The Cambridge History of the Twentieth Century Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, pp. 592-600.
- 14 André Glucksmann, «O Niilismo é um Problema Mundial» [trad. Constança Metello de Seixas], in *O Mundo Depois do Iraque*, Lisboa, Relógio D'Água, 2003, p. 132.
- 15 Leo Strauss, «Niccolò Machiavelli», in Leo Strauss and Joseph Cropsey (eds.), *History of Political Philosophy*, Chicago, The University of Chicago Press, 1987, p. 302.
- 16 Rui Ramos, «A Traição dos Filósofos: Leo Strauss e o Problema do Liberalismo», in *Risco*, Lisboa, n.º 17, 1991, p. 115.
- 17 Roger Scruton, *England, an Elegy*, London, Pimlico, 2001, p. 7.
- 18 Bernard Lewis, *O Médio Oriente e o Ocidente* [trad. Bruno Cardoso Reis], Lisboa, Gradiva, 2003, p. 118.
- 19 Berlin, *A Busca do Ideal* [trad. Teresa Curvelo], Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998, p. 49.
- 20 *Ibidem*, p. 52.
- 21 Ver sobretudo os *Federalistas* n.º 6, 10 e 51.
- 22 Fareed Zakaria, «The Rise of Illiberal Democracy», in *Foreign Affairs*, vol. 76, n.º 6 [November/December 1997], p. 27.
- 23 Retirámos os conceitos de *vertical* e *horizontal accountability* do trabalho do cientista político Guillermo O'Donnell. Ver O'Donnell, «Horizontal Accountability in New Democracies», in A. Schedler, L. Diamond e M. Plattner (eds.), *The Self-Restraining State*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1999, pp. 29-51.
- 24 Ao defender que os EUA devem assumir a forma de poder imperial e que devem utilizar esse poder para defender e expandir a civilização liberal, Niall Ferguson torna explícitas algumas ideias implícitas na argumentação de Zakaria. Ver Niall Ferguson, *Colossus, The Rise and Fall of the American Empire*, London, Allen Lane-Penguin Books, 2004.
- 25 Cf. Immanuel Kant, *A Paz Perpétua, um Projecto Filosófico*, in *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Lisboa, Edições 70, 1995 [1796], pp. 130-132.
- 26 No segundo artigo definitivo para a Paz Perpétua, Kant não poderia mais explicito: «o direito das gentes deve fundar-se numa federação de estados livres», ver *Idem*, p. 132.
- 27 O Extremo Oriente é um exemplo do sucesso da exportação do liberalismo. Nos anos 50 e 60, a intelectualidade ocidental criticava as medidas de natureza liberal-autocrata da Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia ou Malásia, enquanto aplaudia a chegada da democracia a África. Hoje, sabemos os resultados: África é um caos político e o Extremo Oriente caminha para a democracia, depois de passar pela autocracia liberal. Democratização precoce acaba em tirania. A receita parece correcta: constitucionalismo e capitalismo em primeiro lugar. A Democracia é um efeito e não uma causa da liberdade.
- 28 Cf. John Gray, *Post-Liberalism, Studies in Political Thought*, London, Routledge, 1996 [1993].
- 29 Fareed Zakaria, «The Rise of Illiberal Democracy», art. cit., p. 36.